

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Do Sr. MÁRCIO MARINHO)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o endividamento dos consumidores em plataformas e sítios eletrônicos de jogos e apostas.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), a realização de audiência pública para debater o tema do endividamento dos consumidores em plataformas e sítios eletrônicos de jogos e apostas.

Na oportunidade, requeiro sejam convidadas, em data a ser oportunamente agendada, as seguintes autoridades e os seguintes especialistas:

- Sr. WADIIH NEMER DAMOUS FILHO, Secretário Nacional do Consumidor;
- Sr. JOSÉ FRANCISCO MANSSUR, Assessor Especial do Secretário Executivo do Ministério da Fazenda;
- Prof. Dr. HERMANO TAVARES, Coordenador do Programa Ambulatorial do Jogo Patológico (PRO-AMJO), do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCM-FMUSP);
- Dra. MIRELLA MARTINS DE CASTRO MARIANI, Presidente do Conselho Diretor da Associação Viver Bem;



- Sr. RODRIGO ALVES, Presidente da Associação Brasileira de Apostas Esportivas (ABAESP);
- Sr. MAGNO JOSÉ SANTOS DE SOUSA, Presidente do Instituto Brasileiro Jogo Legal (IJL); e
- Sr. ANDRÉ GELFI, Presidente do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR).

JUSTIFICAÇÃO

Com a crescente difusão dos jogos e das apostas esportivas pela internet no Brasil, já é possível observar um crescente volume de relatos de pessoas com transtornos de comportamento associados ao jogo e às apostas. Muitos, inclusive, são levados a níveis alarmantes de endividamento por causa do jogo.

Recentemente, o portal “e-investidor”, do Jornal “O Estado de São Paulo”, publicou matéria com relatos de jogadores compulsivos. Entre outros casos, o veículo narrou a história de um jogador confessadamente compulsivo que chegou a acumular R\$ 200 mil em dívidas decorrentes de apostas.¹

Parece-nos então muito prudente, relevante e oportuno que a Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) se aprofunde na análise e no debate do tema, sobretudo porque, como se sabe, há projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional sobre os jogos em geral² e, ainda, há a expectativa de apresentação de medida provisória ou projeto de lei do Poder Executivo para tratar da regulamentação das apostas esportivas no Brasil.

É preciso compreender melhor a realidade atual dos transtornos de comportamento associados ao jogo e, também, as práticas de jogo responsável que têm sido adotadas com êxito por operadores e por outras jurisdições nacionais para a prevenção desses transtornos. Com isso, a

1 Disponível em: <<https://einvestidor.estadao.com.br/comportamento/vicio-em-apostas-online-dividas-depressao/>>. Matéria publicada em: 05 jun. 2023. Acesso em: 19 jun. 2023.

2 Merece destaque o Projeto de Lei nº 442, de 1991, já aprovado na Câmara dos Deputados, que se encontra em tramitação no Senado Federal.



Câmara dos Deputados poderá ter muito mais subsídios técnicos para se posicionar a respeito do tema.

Sendo assim, consideramos ser de grande importância a realização de audiência pública pela CDC. Sem prejuízo de outras autoridades e especialistas cuja presença os ilustres Pares desta Comissão venham a considerar necessária, entendemos ser de grande valia que sejam convidadas as seguintes pessoas:

- Sr. WADIH NEMER DAMOUS FILHO, Secretário Nacional do Consumidor;
- Sr. JOSÉ FRANCISCO MANSSUR, Assessor Especial do Secretário Executivo do Ministério da Fazenda;
- Prof. Dr. HERMANO TAVARES, Coordenador do Programa Ambulatorial do Jogo Patológico (PRO-AMJO), do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCM-FMUSP);
- Dra. MIRELLA MARTINS DE CASTRO MARIANI, Presidente do Conselho Diretor da Associação Viver Bem;
- Sr. RODRIGO ALVES, Presidente da Associação Brasileira de Apostas Esportivas (ABAESP);
- Sr. MAGNO JOSÉ SANTOS DE SOUSA, Presidente do Instituto Brasileiro Jogo Legal (IJL); e
- Sr. ANDRÉ GELFI, Presidente do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR).

Diante da grande relevância do assunto para a sociedade e para os consumidores brasileiros, pedimos o apoio dos ilustres Pares desta Comissão para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado MÁRCIO MARINHO



2023-9489

